

# PENSAMENTO E AÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO – UM BALANÇO REFLEXIVO DO IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR\*

Henri Acselrad

\* O presente texto resulta da reelaboração das análises efetuadas pelos membros da Comissão Científica do IX ENANPUR sobre os trabalhos recebidos para as diferentes áreas temáticas. Este esforço de síntese remete, assim, em pé de página, às fontes primeiras do presente balanço.

O IX Encontro Nacional da ANPUR, realizado no Rio de Janeiro entre 28 de maio e 1 de junho de 2001 mobilizou de forma significativa pesquisadores de todo o país, como o atestam os 719 resumos e os 390 trabalhos definitivos encaminhados à sua comissão organizadora. Os trabalhos definitivos provieram de 14 estados da federação e da Argentina. Os trabalhos em proveniência dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro perfizeram mais da metade do total, embora tenham sido significativas as participações de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Dentre os trabalhos definitivos, 156 foram aprovados para apresentação oral e 96 para *pôsteres*, por uma comissão científica formada por 14 membros oriundos de diferentes programas de pós-graduação do país<sup>1</sup>. As sete sessões temáticas tiveram suas ementas definidas de modo a reproduzir, com ajustes, as grandes linhas de discussão da ANPUR. Após o redirecionamento de alguns trabalhos pela própria comissão científica entre diferentes sessões temáticas, verificou-se maior concentração de trabalhos nas sessões sobre os temas “Reconfigurações do espaço urbano e regional” (81 trabalhos), “Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional” e “Cidade e urbanismo – História e forma e projeto” (56 trabalhos cada).

Apresentaremos a seguir uma síntese das principais questões que motivaram os trabalhos selecionados para o IX Encontro, tendo por base a leitura que deles fizeram os próprios membros da comissão científica e apresentada em tópicos correspondentes as sete diferentes sessões temáticas.

## Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional

O debate teórico-conceitual se centrou na oposição entre escalas espaciais e nos diferentes significados atribuídos aos novos recortes do fato espacial – notadamente da chamada globalização e das dinâmicas da escala dita local. Novos campos de poder estar-se-iam constituindo e os agentes econômicos políticos contribuindo para estabilizar ou desconstruir a própria escala em que haviam desenvolvido até então a sua ação. Seriam novas, conseqüentemente, as condições para a ação estratégica, estando em transformação tanto os papéis institucionais como as expectativas coletivas<sup>2</sup>.

As soluções locais, em particular, são apontadas como atreladas a um modelo de tomada de decisões que retira das esferas estaduais e municipais qualquer possibilidade de construção política. A discussão de princípios e

(1) A Comissão Científica do IX Encontro foi composta por Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Leila Christina Dias (UFSC), Lia Osorio Machado (UFRJ), Carlos Antonio Brandão (Unicamp), Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (UFBA), Margareth da Silva Pereira (UFRJ), Edna Castro (UFPA), Ana Fani Alessandri Carlos (USP), Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG), Philip Gunn (USP), Ricardo Farret (UnB), Angela Gordilho Souza (UFBA), Circe Maria Gama Monteiro (UFPE) e Eva Machado Barbosa Samios (UFRGS).

(2) Cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias. Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional. In: *Anais do IX Encontro da ANPUR*, RJ, 2001, p. 1.

valores, própria aos processos democráticos, tem cedido lugar a prescrições comportamentais no campo da política. Um discurso universalista ocidental chama de “racional” a lógica da ação individual, fazendo da cidade – local em que se constrói a cidadania – *locus* da administração eficaz e competente. As “parcerias público-privadas” do empreendedorismo municipal estariam favorecendo elites rentistas freqüentemente sintonizadas com grandes interesses internacionais. É questionada assim a pretensão neolocalista de conceber o local ou a cidade como campo de um desenvolvimento alternativo. A transferência de atribuições aos municípios não teria conduzido necessariamente a uma maior democratização política. A flexibilização institucional, por sua vez, não se teria apoiado na mediação de conflitos de interesses, mas no favorecimento explícito do uso empresarial do solo urbano, na renúncia fiscal e no subsídio ao investimento privado.

No âmbito dos mecanismos de regulação, o processo de abertura de mercado e de privatização veio permitindo a entrada no país de operadores privados sem identidade locacional visível – “empresas do mundo” que centralizam o capital e ramificam seus interesses pelos “supermercados de serviços” que se autonomizam em relação à lógica dos interesses públicos. Mas mesmo estando o espaço de lugares sobreposto por um espaço de fluxos, políticas regionais em ambiente de federalismo, são afirmadas como possíveis e necessárias desde que haja vontade política de enquadrar as redes globais em mecanismos de democratização das decisões de investimento.

Uma crescente instabilidade tem-se caracterizado, assim, pela multiplicação de fenômenos como redes, novos contextos sociais e arenas políticas transitórias, distinguindo-se das dinâmicas freqüentemente apresentadas como homogêneas e predefinidas. No curso de tais transformações, normas, direitos, recursos e culturas têm sido submetidos a uma revisão estratégica que, com base nos princípios da gestão, modifica o teor das políticas públicas e as relações entre a sociedade e o Estado. O planejamento é invadido pela linguagem promocional do marketing e a redefinição das escalas da ação atualiza a administração pública. As mencionadas “parcerias” público-privadas seriam instrumento da difusão do princípio gestor, racionalizador e instrumental, na condução da coisa pública. A eficácia gestora das grandes corporações, difundida em órgãos de governo, vem colaborar com a desconstrução de culturas institucionais e direitos adquiridos<sup>3</sup>

Tratar-se-ia, portanto, de definir a gestão territorial adequada à sociedade perante às novas formas de realização da economia. Esta deverá partir do mapeamento de decisões político-administrativas que têm atingido o teor de relações Estado-Sociedade, assim como do entendimento das novas funções assumidas pelo Estado, expressas pela desregulação da provisão e do acesso a bens e serviços. Em que escala esta ação será desenvolvida, tendo em vista o

(3) cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias, op. cit. p. 2.

controle dos interesses privados e a garantia de direitos sociais? Um dos epicentros da gestão territorial expressiva das novas condições da produção capitalista seria a grande cidade, que abriga funções regionais e nacionais e, por vezes, até mesmo mundiais<sup>4</sup>.

No espaço metropolitano estarão manifestos, em particular, os códigos da última modernização, expressa por meio da difusão do princípio gestor, racionalizador e manipulador de recursos. O espaço metropolitano constitui um contexto de permanente inovação, dada a sua densidade sociocultural e econômica e a concentração de recursos públicos que a sustenta. É neste contexto, de natureza intrinsecamente multiescalar, que emerge a ênfase no nível “local” da vida coletiva. Nesta ênfase, convivem, desde anseios por democracia e autonomia até deslocamentos estratégicos de conflitos sociais, incluídos na descentralização de responsabilidades. O “local” é também reconhecido como contexto privilegiado da ação econômica hegemônica<sup>5</sup>.

O discurso hegemônico sobre administração de recursos modifica representações de contextos sociais, objetivos das políticas públicas e conteúdos do poder. Têm sido assim criados e utilizados instrumentos de planejamento que escapam ao controle democrático de usos do território municipal e metropolitano. Mas a própria ênfase no local, em suas múltiplas conotações, foi responsável pela secundarização da escala metropolitana de planejamento, tão relevante para os países capitalistas periféricos<sup>6</sup>.

Até que ponto se afirma, com estes processos, a tendência à privatização da própria problemática do desenvolvimento? Como a difusão de modelos e de práticas de planejamento interfere no reconhecimento do local como lugar, com sujeitos sociais e memórias? Trata-se, aqui, de pesquisar e refletir sobre ações planejadas que, reunindo sujeitos sociais e espaço herdado, permitam o encontro de estratégias de desenvolvimento expressivas de uma igualdade que se realize pelo respeito à diferença e à diversidade. Nesta perspectiva, a escala seria vista não apenas como resultado de processos históricos de longa duração, mas também como um fator estratégico na determinação do presente e do futuro. Existiria um “jogo de escalas” intrinsecamente articulado a arenas políticas e ambientes produtivos<sup>7</sup> Isto porque as próprias escalas são objeto de confronto, assim como o são as relações interescares.

### Reconfigurações do espaço urbano e regional

Esta sessão temática acolheu trabalhos relativos às dimensões espaciais da reestruturação produtiva, à reconfiguração da rede urbana brasileira, à redefinição das relações entre o urbano e o rural e ao papel particular de cidades médias, pólos tecnológicos e assentamentos de reforma agrária nas dinâmicas espaciais. A reestruturação produtiva internacional foi observada em seus impactos sobre as economias regionais, tais como expressos em deseconomias de aglomeração,

(4) cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias, op. cit. p. 2.

(5) cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias, op. cit. p. 3.

(6) cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias, op. cit. p. 3.

(7) cf. A. C. T. Ribeiro – L. C. Dias, op. cit. p. 4.

reversão de polarizações, desconcentração ou reconcentração de atividades. Nos processos de redistribuição espacial do emprego industrial foram observadas áreas com fracas tradições industriais e baixo poder sindical, sendo incorporadas aos padrões do trabalho flexível, próprios dos novos sistemas produtivos. A rede urbana foi caracterizada por sua crescente complexidade funcional, articulação interna e criação contínua de núcleos urbanos. A existência de pólos tecnológicos do chamado urbano moderno não-metropolitano teria apresentado, em particular, efeitos positivos sobre o desempenho local dos serviços especializados, sem, porém, assegurar mudanças de posição nas hierarquias da rede urbana.

Constatados o alargamento dos conteúdos sociais e econômicos do espaço rural, com a pluriatividade na agricultura familiar, assim como os encadeamentos produtivos e as dinâmicas demográficas que ligam as áreas rurais aos processos urbanos, discutiu-se as redefinições do rural, do urbano e do suburbano com suas implicações para a dinâmica tributária. A transformação de assentamentos de reforma agrária em pequenas cidades sugere, em particular, novas questões relativas à centralidade do assentamento na organização do espaço, ao papel da política no tratamento dos conflitos territoriais e às possibilidades de se inventar cidades menos desiguais.

Ênfase investigativa foi observada nas contradições geradas pelo processo de “modernização conservadora” responsável pela difusão de unidades produtivas modernas em todas as regiões produtivas do país nas últimas décadas. Requisitos de localização, externalidades locais e regionais são condicionantes cuja ação foi reafirmada. Outros requisitos perderam força e novas interdependências setoriais e territoriais reconfiguraram, assim, fluxos de mercadorias e redes de poder. Mas, por vezes, modelos de análises concebidos para situações passadas parecem dificultar a apreensão do movimento do real, levando a resultados inesperadamente redundantes<sup>8</sup>. O recurso a teorias neo-schumpeterianas e do desenvolvimento endógeno vislumbra processos de reestruturação produtiva que operam por adaptação contínua às novas exigências da acumulação. Muitos ressaltam, nestas perspectivas teóricas, o papel da combinação de agentes territorializados na acumulação de diferenciais capazes de engendrar processos virtuosos de desenvolvimento. Outros apontarão os limites sistêmicos impostos às estruturas auto-organizativas localizadas que, apesar de poderem levar prosperidade a áreas determinadas, promovem novos padrões de integração produtiva sem lograr, de fato, fortalecer economias locais e regionais<sup>9</sup>.

A análise do papel da infra-estrutura telemática para a organização das redes urbanas aponta para a emergência de uma hierarquia no conjunto de grandes cidades nacionais e no próprio sistema de cidades mundiais. Cresce o distanciamento entre os nós das redes e o conjunto das aglomerações urbanas; desestabilizam-se os antigos mecanismos de manutenção da coesão social nas cidades; emerge o risco de um novo tipo de exclusão social pela informatização.

(8) cf. L. O. Machado – C. A. Brandão. Permanências e transformações na configuração do espaço urbano e regional brasileiro. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro, *Anais*. RJ, 2001, p. 259.

(9) cf. L. O. Machado – C. A. Brandão, op. cit., p. 260.

Também os grandes projetos têm seus efeitos espaciais associados ao caráter da inserção dos empreendimentos nos circuitos nacionais ou globais de acumulação, seja enquanto plataformas territoriais seja enquanto semi-enclaves incapazes de promover efeitos de encadeamento<sup>10</sup>.

A problemática urbana, associada à escala da aglomeração, é retomada na perspectiva da superação da sobrecarga de funções por cidades médias que reforçam sua centralidade em áreas circundantes ou que apresentam maior complexidade funcional, engendrando padrões urbanos formados por múltiplos circuitos não vinculados a seus *hinterlands*. O novo padrão migratório baseado em movimentos de curta distância também aciona a problemática das escalas, destacando o papel das cidades de porte médio. Mas esta temática aparece também na perspectiva da construção de imagens de marca pelas quais as cidades médias passam a competir, na perspectiva de captar fluxos turísticos ou de recursos em geral<sup>11</sup>

Novas espacialidades emergem associadas às transformações do campo – vinculadas às estratégias específicas de atores sociais como o movimento dos sem-terra ou ao surgimento de um conjunto de empregos em atividades rurais não-agrícolas. Novas questões espaciais surgem em associação a novas institucionalidades ou problemas renovados que se apresentam à gestão pública – sejam relativos às possibilidades abertas pelos consórcios intermunicipais, seja ao renovado interesse pelo zoneamento acionado para o enfrentamento das ocupações em áreas de mananciais<sup>12</sup>

### Cidade e urbanismo: História, forma e projeto

Nesta sessão temática, buscou-se recolher as possíveis contribuições de uma economia política do espaço ao trabalho histórico, explorando-se as diferentes possibilidades historiográficas das chamadas cidade-questão, cidade-memória e cidade-documento. Reviu-se o papel dos projetos de povoamento, colonização e fornecimento de trabalho livre no surgimento de nucleações urbanas. Mas se discutiu também o modo como a separação entre circuitos de produção e consumo, próprio às economias agroexportadoras, limitou, no urbanismo, a aplicação de racionalidades e funcionalidades produtivas ao espaço urbano. A exploração das interfaces entre estudos urbanos e estudos culturais permitiu, por sua vez, rever a história da entrada de certas cidades no circuito comercial do turismo: cidades hoje tornadas intercambiáveis por suas representações históricas, mesclando o exótico, o pitoresco e o sentimental, serviram de laboratórios aos exercícios contemporâneos do planejamento estratégico, tendo na busca de identidades locais o mecanismo de inserção no mundo globalizado.

A história das cidades, a arquitetura e o urbanismo foram pensados, assim, não só sob a perspectiva de uma gramática de formas ou estilos, mas também sob a própria institucionalização dessas formas no horizonte cultural e social. Um

(10) cf. L. O. Machado – C. A. Brandão, op. cit. p. 260.

(11) cf. L. O. Machado – C. A. Brandão, op. cit. p. 260-261.

(12) cf. L. O. Machado – C. A. Brandão, op. cit. p. 261.

primeiro grupo de questões referiu-se às relações entre a modernização econômica, política e social e a modernização urbana. Trata também das possibilidades e limites do urbanismo na construção da “cidade do bem e da justiça” As características da modernização excludente marcariam os limites para o pleno desenvolvimento do urbanismo no Brasil, tornando problemática a efetiva aplicação de muitos dos princípios na base das reformas urbanísticas do Hemisfério Norte, como a política habitacional e fundiária, a regulação do processo imobiliário e a integração das classes trabalhadoras a novos patamares de vida urbana. Estudos de caso pretenderam mostrar que muitas iniciativas de modernização urbana ao longo do século 20 contribuíram para a consolidação dos espaços segregados, já que diversos planos urbanísticos e planos diretores elaborados para a cidade viram-se incapazes de modificar o caráter segregacionista e as conseqüências danosas ao meio ambiente causadas pela urbanização<sup>13</sup>

Outros trabalhos discutiram a constituição de um pensamento e de uma prática urbanística política e socialmente compromissada, que buscou introduzir novos conceitos e novas propostas para a cidade, buscando aliar o enfoque científico da economia política à doutrina social da Igreja Católica e, ao mesmo tempo, manter, diante de um entendimento “técnico” do urbanismo, uma expectativa de transformação social pelo trabalho profissional. Mostrou-se também como o debate centrado nas questões das disparidades regionais, do subdesenvolvimento e das reformas sociais, característico dos anos 50, adentrou a área do planejamento e como movimentos como economia e humanismo foram vistos como uma resposta possível às desigualdades sociais. Configurou-se intensa transformação na cultura profissional de arquitetos e urbanistas, vindo a concepção de planejamento substituir a de desenho. Dentro desta perspectiva, “bem comum” “harmonia” “integração” “equilíbrio” “desenvolvimento” e busca de melhores “condições de vida humana” passaram a marcar a representação de cidade no campo do planejamento, tensionando às noções de embelezamento, higiene, salubridade e monumentalidade, dominante nos ciclos liberais e de reforma das cidades no urbanismo do fim do século 19 e das primeiras décadas do século 20<sup>14</sup>.

Certos temas em discussão referiram-se aos mecanismos de constituição do conhecimento na área do urbanismo e ao desenvolvimento de experiências regionais. Vários trabalhos discutiram os mecanismos de troca e circulação de idéias na formação de uma cultura urbanística. Um esforço foi feito no sentido de distinguir, dentre esses mecanismos, a simples “influência” das “transferências e traduções” – processo de transmissão e assimilação de conhecimentos pela forma seletiva, agregando referências de origem e significados muito diferentes – e das “ressonâncias” – trocas de experiências em que todos os profissionais envolvidos modificar-se-iam por meio desses contatos<sup>15</sup>.

(13) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira. Cidade e urbanismo: História, forma e projeto. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. *Anais*. RJ, 2001, p. 548.

(14) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira, op. cit. p. 548.

(15) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira, op. cit. p. 548.

(16) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira, op. cit. p. 549.

(17) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira, op. cit. p. 550.

Na perspectiva das trocas internas e da sistematização de dados sobre a constituição disciplinar no Brasil, algumas contribuições ressaltaram momentos da constituição de uma cultura de área por meio de experiências regionais, sobretudo por ocasião da construção de cidades novas e da conversão de núcleos fabris em “cidades”. Um aspecto ainda relativamente pouco estudado na historiografia refere-se ao momento em que o plano de urbanismo cede espaço ao planejamento em larga escala como forma dominante de intervenção urbana, a partir de políticas, programas e agências de âmbito federal durante os anos 70. Um segundo grupo de questões refere-se à forma urbana, discutida sob perspectivas diversas. O uso da quadrícula pela história é analisado para se mostrar como uma mesma forma urbana pode assumir significados diferentes em contextos sociais e temporais diferentes. Na história das cidades latino-americanas, a questão da quadrícula é entendida ora como reveladora de um sentido de planejamento territorial ora como um sinônimo de racionalidade. Faz-se oportuna a crítica ao peso, por vezes excessivo, dado às estruturas materiais em detrimento dos seus usos e funções mutáveis no tempo ou do modo de percepção das mesmas. No caso brasileiro, mostra-se a utilização freqüente da malha xadrez no processo histórico pós-independência, marcado pela consolidação do Estado nacional e pela emergência de uma nova legislação de terras. Adquirindo valor de troca, a terra passa a exigir rigor e precisão quanto à sua titularidade, dimensões e divisas, ocasião em que topógrafos e agrimensores se tornam responsáveis por planos de novas cidades ou novos bairros e loteamentos<sup>16</sup>

A discussão da relação entre monumento e forma urbana, por sua vez, permitiu desconstruir certos pressupostos sobre os quais se assenta a própria cultura moderna, particularmente os relacionados à primazia conferida ao olhar como instrumento de conhecimento sobre os demais sentidos, instituindo, em conseqüência, pelo menos desde o século 17 dois temas correlatos e de igual importância para a história das cidades. O primeiro diz respeito à importância atribuída aos “monumentos construídos” como “lugares de memória” privilegiados nas cidades. O segundo tema, decorrente desta capacidade dos objetos construídos “falarem aos olhos” é o da “imagem das cidades”. A discussão da própria e indissociável relação entre arquitetura e espaço público coloca em relevo as articulações entre desenho da cidade e forma arquitetônica. Essa preocupação esteve presente em um bom número de obras do movimento moderno. Na perspectiva de construção de uma sintaxe espacial que articule a pluralidade de funções, desejável nas cidades com sua forma e seu projeto, procurou-se tecer um paralelismo metodológico entre crítica e projeto, capaz de servir tanto à análise de situações urbanas existentes quanto às novas proposições formais para as cidades concebidas por arquitetos e urbanistas<sup>17</sup>

O ideário urbanístico contemporâneo hegemônico e, em particular, o lugar que nele desempenham as ações que mobilizam a esfera da cultura, motivaram

um certo número de trabalhos. Discutiu-se as mudanças recentes no conceito de cultura e de cidade e como a cultura se torna peça fundamental nas estratégias urbanas dentro do processo de globalização. Uma síntese dos pressupostos e estratégias urbanísticas contemporâneos procura evidenciar como eles respondem aos termos da chamada pós-modernidade e como a inserção no processo de globalização de uma periferia subordinada interfere na concretização local de um “ideário urbanístico importado”<sup>18</sup>.

O terceiro grupo de discussões remete-nos à história dos processos de urbanização e à história da modernização no Brasil, aprofundando os conhecimentos sobre aspectos do Brasil urbano no período colonial e imperial. Foi problematizada, em particular, a própria multiplicação de trabalhos de “história urbana” “história das cidades” ou “história da urbanização”, sem que se esclareçam as divergências, convergências e deslocamentos de significados destas expressões. Um tal trabalho de ordem teórica, conceitual e epistemológica far-se-ia necessário para que se possa melhor articular os resultados já alcançados. Teses consagradas, seja quanto à submissão da economia rural, à economia urbana no período colonial, seja quanto são contestadas por propostas de reversão na dicotomia cidade/campo sob a hipótese de que, em certos casos, “a cidade produz o campo” No período colonial, qual entendimento poderíamos fazer dos lugares do “urbano” e do “rural”? No caso brasileiro desde o século 16, em um território sequer inteiramente reconhecido e demarcado, a idéia e a memória de uma experiência citadina, de modo geral, mas também o planejamento, inclusive, da função desejável que a cidade viesse a desempenhar freqüentemente, parece ter prevalecido sobre a sua materialização enquanto forma.

Finalmente, os ideais, representações e percepções da cidade constituem o quarto grupo de discussões apresentadas. Evidencia-se aqui a mesma preocupação de sublinhar a dimensão do imaginário e do imaginado na construção física e imaterial da cidade<sup>19</sup>

### Sociabilidade urbana: conflitos sociais e território

Quatro grandes temáticas foram discutidas nesta sessão: as contradições do espaço público em contexto de priorização das lógicas privatistas, o papel da cultura na produção do espaço e da imagem das cidades, o impacto do Estado na divisão social do espaço e as dimensões sociais da circulação territorial.

A lógica cultural é apontada como pilar das economias urbanas contemporâneas, criando imagens capazes de prometer a inserção no mercado mundial. Os eventos culturais se inserem, assim, nos procedimentos de busca de eficiência mercadológica pelas autoridades municipais. “Fazedores de festa” criadores de hiper-realidade, com todos os recursos da tecnologia da imagem, produzem simulacros que se articulam, geralmente, com a reprodução do poder das oligarquias locais. Os usos e formas atuais de apropriação do espaço podem,

(18) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira, op. cit. p. 550.

(19) cf. M. A. F. Gomes – M. Pereira, op. cit. p. 550-551.

porém, favorecer a geração de um discurso crítico, capaz de subverter a ordem imposta pelo desenho dos espaços reformulados. Neste sentido, a consideração da territorialidade urbana dos diferentes grupos sociais, que se expressam, em particular, em eventos como o Carnaval, permite observar a requalificação do espaço, com a exploração de diversas histórias de realização possível para as cidades. Para tanto, importa o modo como as relações sociais históricas condicionam os laços identitários dos diferentes grupos sociais com o lugar.

Foram problematizados os impactos que o relato dos meios de comunicação sobre eventos violentos têm sobre o reconhecimento social da imagem da cidade, mostrando-se que a capacidade de transformação de uma “cidade maravilhosa” em “cidade perigosa” evidencia mecanismos pelos quais políticas de segurança são legitimadas e valorizadas em detrimento de políticas de educação, saúde e saneamento, por exemplo. Na análise das percepções sociais da moradia discutiu-se, por sua vez, o significado do conforto, da intimidade e da privacidade nas populações de baixa renda. Pode observar-se, assim, como as representações sociais dos ideais burgueses recontextualizam a casa própria, possibilitando transformar em objeto de reivindicação aquilo que a tais populações é negado.

O espaço público foi tratado do ponto de vista das formas de sociabilidade que favorecem as trocas simbólicas entre diferentes. O apontado esvaziamento deste espaço por carência de políticas públicas não teria impedido que a população o reconstituísse como *locus* privilegiado do encontro, comunicação e visibilização sociais. Foram estudados, desse modo, alguns processos históricos pelos quais a esfera pública se tornou permeável às reivindicações urbanas, e como os projetos de integração da sociedade moderna deram lugar à constituição de sujeitos políticos voltados à mediação das demandas com o poder público.

Os trabalhos que discutem a divisão social do espaço destacaram o modo pelo qual a concentração de renda e a desigualdade social condicionam a coexistência de espaços urbanos legais e ilegais, sendo as áreas desvalorizadas, de risco ou de preservação ambiental, ocupadas por populações de menor renda. Análises da dinâmica demográfica e locacional permitiram a elaboração de tipologias de padrões de transformação da divisão social de espaços metropolitanos do ponto de vista do perfil médio das categorias socioocupacionais predominantes, evidenciando ordens socioespaciais organizadas pelo mercado imobiliário, cujos interesses tendem a prevalecer na disputa pelos investimentos urbanos. A privatização dos espaços públicos e o confinamento da vida social de certos grupos aos condomínios e aos shopping centers são apontados como fatores do desenvolvimento de estratégias de “controle do crescimento” e de “territorialidades defensivas” que têm por base preceitos de “segurança”

Estudos de segregação socioespacial discutiram o menor grau de heterogeneidade interna social nas favelas, mostrando que persistem diferenças entre brancos e negros no que diz respeito à renda e à escolaridade. Um

processo de relativo “branqueamento” das favelas estaria sendo acompanhado do progressivo deslocamento dos negros para áreas periféricas.

O papel do Estado na divisão social do espaço foi, em particular, evidenciado pela caracterização dos impactos distributivos das políticas municipais de investimentos. Exercícios de correlação entre perfil político dos governos e as prioridades locais do investimento público, e de caracterização da evolução temporal dos investimentos, em correlação com o padrão de mobilização coletiva, permitiram mostrar como a “seletividade hierárquica das políticas” impede que os investimentos nas periferias resulte em reversão da segregação social no espaço.

Ordenar, recompor, remontar à estrutura das cidades são dimensões discutidas em um exercício classificatório dos traços respectivos do planejamento tecnocrático e do participativo. Foram também apresentados instrumentos de apoio ao planejamento por meio de abordagens sistêmicas apoiadas em simulação estatística do crescimento de uma cidade, eliminando-se hipoteticamente as restrições advindas da preexistência do sítio urbano, bem como aquelas relativas a legislações e incentivos de localização. Procurou-se evidenciar, assim, as microrrelações interativas que, estima-se, dariam forma às macroestruturas espaciais de sistemas que se pretendem complexos e auto-organizados.

Uma sociologia da mobilidade territorial foi acionada, por sua vez, para discutir efeitos espaciais de curta distância associados à dinâmica do emprego. Foram também levantadas as relações entre a crise da mobilidade urbana e a emergência das formas do chamado “transporte informal”. Como se estabeleceria a legitimidade entre os agentes da circulação e do transporte na cidade? A observação sugere que o debate “regulação *versus* desregulação” constituiria uma falsa questão. Os transportes ditos “alternativos” estariam vinculados antes ao que se chamou de “involução metropolitana” associada aos avanços da modernização. Nesta ótica, a luta urbana por acessibilidade ultrapassaria os limites do próprio discurso dos agentes, problematizando a disputa substantiva pelo direito à cidade.

### **Novas instituições e territorialidades sociais motivadas pela questão ambiental**

A reflexão teórica sobre a própria trajetória deste campo de investigação, presente em alguns trabalhos, em especial envolvendo conceitos como sustentabilidade ambiental e urbana, participação, cultura ou ética, procura caracterizar a problemática ambiental em sua interface com as questões urbanas e regionais. Grande importância foi atribuída à análise das estratégias de participação de grupos sociais atingidos por grandes empreendimentos nos processos de transformação do espaço e na conformação de novas territorialidades, sejam eles pólos industriais em áreas urbanas, incorporações

imobiliárias de porte ou projetos de ampliação da infra-estrutura produtiva com uso intensivo de recursos naturais. Foram discutidas as diferentes formas de regulação dos usos da base material do desenvolvimento, ganhando relevo a reflexão sobre as novas institucionalidades motivadas pela regulação ambiental, como os comitês gestores de bacias hidrográficas nos diversos conselhos setoriais municipais/regionais e outras instâncias que catalisam interesses em conflito<sup>20</sup>.

Pode-se identificar nos instrumentos de planejamento e gestão socioambiental, como os EIA-RIMA e os Relatórios de Impacto Urbano, processos a partir dos quais os diversos grupos sociais se organizam e passam progressivamente a se reconhecer como sujeitos ativos. Em muitas situações, a constituição desses sujeitos sociais traz à tona práticas socioespaciais e econômicas situadas à margem dos circuitos econômicos e políticos hegemônicos. Tais diferenças podem evoluir tanto para situações mais acirradas de conflito quanto para o reconhecimento da alteridade e subsequente estabelecimento de pactos em torno dos objetos de conflito. Neste tipo de abordagem, a análise dos diferentes discursos, das lógicas que os norteiam, bem como o entendimento da posição relativa dos diferentes agentes e das relações de poder que entre eles se estabelecem, constitui elemento central para a compreensão do processo e para as alternativas de ação possíveis<sup>21</sup>.

No caso da criação de áreas especiais, como as reservas extrativistas, fica patente o conflito em torno do estabelecimento de limites territoriais e manutenção de modos de vida tradicionais de um lado e, de outro lado, a permanente tendência a submeter a totalidade do espaço à lógica da acumulação. O Estado é uma instância sempre presente, por suas ações regulatórias ou por meio de políticas setoriais. As ONGs e movimentos sociais organizados em torno das questões socioambientais vêm adquirindo um crescente protagonismo neste cenário, possibilitando a construção de práticas sociais transformadoras. As lutas socioambientais reafirmam a importância de se estabelecer os interesses políticos e econômicos que sustentam e reproduzem práticas ambientalmente predatórias, associando-as a movimentos mais gerais de apropriação da natureza para a reprodução ampliada do capital. A perspectiva dos interesses difusos observada por alguns trabalhos justifica a possibilidade de construção de alianças entre diferentes setores da sociedade em torno de projetos comuns fundados na noção de patrimônio ambiental<sup>22</sup>.

Seja via demarcação de territórios, seja via percepções de pertencimento a determinados lugares ou modos de vida associados a ambientes específicos, as dimensões cultural e identitária se incorporam à construção do que se poderia identificar como um campo do conhecimento socioambiental articulado a processos de produção do espaço em escalas geográficas múltiplas. Do ponto de vista dos processos de transformação do espaço urbano são duas as questões-síntese: a caracterização dos conflitos de uso e ocupação do espaço e a

(20) cf. H. S. M. Costa – P. Gunn, *Novas instituições e territorialidades sociais motivadas pela questão ambiental*. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. *Anais*. RJ, 2001, p. 1075.

(21) cf. H. S. M. Costa – P. Gunn, *op. cit.* p. 1076.

(22) cf. H. S. M. Costa – P. Gunn, *op. cit.* p. 1076.

proposição de intervenções na gestão urbano-ambiental. Na primeira temática, destacar-se-iam desde estudos sobre a maior ou menor adequação da ocupação urbana às características físicas e morfológicas do espaço e suas implicações em termos de qualidade ambiental, até aqueles que retratam o conflito implícito nos processos de ocupação irregular do solo urbano sobre a expansão urbana em áreas de proteção ambiental. Na segunda temática, tenta-se o estabelecimento de zoneamentos especiais e suas respectivas instâncias de gestão, instaurando-se fóruns de negociação de interesses e instrumentos de preservação do patrimônio cultural/ambiental, muitas vezes associados a formas compartilhadas de gestão do espaço urbano e regional; ou ainda programas/projetos que incorporam a noção de sustentabilidade. São centrais aqui os mecanismos de controle social das políticas, questionando-se as condições nas quais se dá o exercício do poder<sup>23</sup>.

Observou-se que os trabalhos se afastaram do caráter normativo, da busca dos modelos e da reprodução de práticas bem-sucedidas que perpassou, em outros momentos, o debate ambiental. Define-se agora como objeto de reflexão, em prioridade, as práticas socioambientais concretas e circunstanciadas, explicitando a ação dos diferentes atores, campos de interesse e de poder. Com o recurso crescente a subsídios da ciência política, da antropologia, da economia, vai se delineando uma ecologia política do espaço urbano e regional, calcada na discussão dos limites e possibilidades de construção de práticas sociais transformadoras, bem como de formas de intervenção éticas e democráticas<sup>24</sup>.

(23) cf. H. S. M. Costa – P. Gunn, op. cit. p. 1077.

(24) cf. H. S. M. Costa – P. Gunn, op. cit. p. 1077.

### Estruturação intra-urbana, política fundiária e a questão da moradia

Os trabalhos selecionados identificaram como dimensões da estruturação intra-urbana (i) a produção e a alocação de espaço, tanto pela via do mercado como fora dele; (ii) a qualificação da demanda, por meio da dinâmica populacional (crescimento demográfico, migração, mobilidade residencial, etc.); (iii) os condicionantes da oferta: a estrutura fundiária, a variabilidade dos preços imobiliários, as ações regulatórias de natureza urbanística, tributária e fiscal e a oferta de infra-estrutura urbana. A sessão temática se organizou segundo três eixos temáticos: dinâmica imobiliária; migração intra-urbana e mobilidade residencial; e produção e financiamento do ambiente construído e da habitação.

Os trabalhos sobre dinâmica imobiliária procuraram identificar as transformações espaço-temporais (i) nos padrões de uso e ocupação do solo; (ii) na distribuição espacial dos diferentes estratos da população urbana; e (iii) no papel dos agentes – públicos, privados e institucionais – responsáveis por estas transformações. Essas transformações puderam ser identificadas por meio dos movimentos de mercado, em transações imobiliárias que envolvem uma parcela significativa do estoque de terrenos, casas, apartamentos, lojas, salas, etc., bem como novos lançamentos imobiliários. O mercado imobiliário aparece como um

espelho dos padrões e processos de estruturação interna das cidades, na medida que é, simultaneamente, determinante e determinado por um intenso movimento de capitais e agentes<sup>25</sup>

As transformações na estrutura urbana não são captadas, porém, exclusivamente pelo mercado. A cidade informal aponta para outra direção. No interior dessa cidade informal encontrar-se-á também um "mercado imobiliário" com características e lógicas peculiares que começam a ser melhor entendidas. Destaques são feitos para o setor público e para o capital incorporador, como agentes importantes no processo de estruturação intra-urbana. O primeiro, por ser detentor das competências normativas e regulatórias do uso e ocupação do solo e da provisão da infra-estrutura urbana básica; o segundo, por operar a mudança no uso do solo, por meio de articulações com o setor público, via legislação urbanística e/ou da oferta de infra-estrutura urbana. Ressalte-se também questões relativas à formação dos preços, valorizações imobiliárias e seu determinante principal, a apropriação privada de externalidades positivas resultantes de decisões e ações públicas e privadas no meio urbano. Dominantes até duas décadas atrás, as teorias econômicas das rendas fundiárias mostram-se a este respeito por demais generalizantes para conseguir captar o interior dos processos geradores dos perfis de preços e acessibilidades, criados por essas ações e decisões<sup>26</sup>

Os trabalhos sobre migração intra-urbana e mobilidade residencial evidenciaram que a mobilidade residencial envolve o acesso a regras jurídicas e institucionais ou até mesmo mecanismos informais que regem os processos de produção e alocação de terra e moradia aos diversos segmentos da população. É visível o desafio de compreender esse processo por suas variáveis geradoras e articulações internas, cabendo registrar que entre os mecanismos que vêm reconfigurando o mosaico social e espacial urbano observou-se a busca de atributos de vizinhança e uma crescente forma de constituição domiciliar – o domicílio unipessoal – que vem despertando o interesse da oferta imobiliária<sup>27</sup>

O eixo temático sobre a produção e o financiamento do ambiente construído e da habitação mostrou-se relacionado mais diretamente aos projetos, programas, políticas e ações dos diversos agentes produtores do espaço. Os estudos vêm apontando para a intensificação dos processos de segregação e exclusão socioespaciais, advindos, sobretudo, da ampliação da cidade informal, dos entraves e impasses na questão fundiária e na legalidade urbanística, bem como do recuo e/ou redirecionamento das políticas habitacionais de interesse social. Esses processos estão confrontados à crescente privatização da infra-estrutura e dos serviços urbanos e aos investimentos em projetos urbanos de grande porte, estes implantados, sobretudo, na chamada cidade formal e na sua área de expansão, aprofundando, assim, o contraste social materializado no ambiente construído das cidades brasileiras na atualidade<sup>28</sup>.

(25) cf. R. Farret – A. Gordilho. *Estruturação intra-urbana, política fundiária e a questão da moradia*. p. 1366.

(26) cf. R. Farret – A. Gordilho, op. cit. p. 1367.

(27) cf. R. Farret – A. Gordilho, op. cit. p. 1367.

(28) cf. R. Farret – A. Gordilho, op. cit. p. 1368.

As contribuições para esse eixo temático apresentaram três abordagens principais: os impactos normativos e de grandes projetos na produção do espaço, financiamento habitacional, e políticas, programas e intervenções no espaço urbano. Uma abordagem jurídica das desapropriações de terras por interesse social mostrou os impasses que as supervalorizações precatoriais representam para a implementação de políticas sociais. Outros trabalhos apontaram a limitada eficácia social da legislação urbanística e os problemas de sua efetiva viabilização no contexto brasileiro. Em relação ao financiamento habitacional, alguns trabalhos apontam o incremento do número das cooperativas autofinanciadas por meio de planos efetivados nos últimos cinco anos e as novas formas de gerenciamento nessa modalidade de provisão habitacional. Outros discutem os requisitos para o desenvolvimento da securização e do mercado de títulos imobiliários e a eficácia do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), implantado no Brasil, em 1997<sup>29</sup>.

Na discussão sobre políticas, programas e intervenções no espaço urbano, a ênfase se situou na temática da habitação. Analisou-se a questão da ociosidade e esvaziamento dos centros e as possibilidades de recuperação e reocupação desses espaços construídos para efeito de moradia. Uma abordagem comparativa entre nove casos no Brasil apontou para as limitações das políticas habitacionais baseadas exclusivamente na regularização de assentamentos ilegais. A discussão da terceirização de projetos em programas de urbanização de favelas foi levantada, em uma visão comparativa da gestão de grandes projetos de implantação recente. A questão da regulação urbanística é discutida no caso curitibano, analisando-se os procedimentos e instrumentos mobilizados no gerenciamento do espaço e da população, trazendo uma valiosa reflexão teórica sobre o significado e a extensão do seu “êxito” e sua construção no jogo entre saber e poder<sup>30</sup>.

### Tecnologia, novas linguagens e processos espaciais

Os temas centrais desta sessão foram desdobrados em quatro subtemas. O impacto das novas tecnologias da informação foi abordado tanto do ponto de vista das possibilidades que parecem abrir para o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade e de organização da vida urbana quanto sob o ângulo das conseqüências geoeconômicas da reestruturação produtiva. O tema dos instrumentos analíticos e conceituais necessários para a compreensão dos processos em curso no espaço urbano e regional dividiu-se em dois subtemas: um focalizando a questão das representações urbanas, dos novos valores culturais e ambientais e outro dedicado às metodologias de avaliação e modelagem<sup>31</sup>.

No primeiro subtema, um debate teórico sobre a sociedade da informação contrapôs as epistemologias do espaço de soja às contribuições de Lefèbvre sobre o mesmo tema. A categoria do ciberespaço apresentou-se como um espaço de

(29) cf. R. Farret – A. Gordilho, op. cit. p. 1369.

(30) cf. R. Farret – A. Gordilho, op. cit. p. 1369.

(31) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa. Tecnologia, novas linguagens e processos espaciais. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. *Anais*. RJ, 2001, p. 1649

representação, para onde convergem práticas reais e ficção. Um ensaio sobre o impacto das novas tecnologias da informação na vida urbana sustentou que novas tecnologias provocam mudanças nas relações espaciais que sugerem uma virtualização do espaço, enquanto, simultaneamente, observa-se uma tendência inversa de valorização do espaço em sua materialidade físico-geográfica. Da mesma forma, instaura-se uma divisão entre os que têm e os que não têm acesso às novas tecnologias. A apropriação e o uso das tecnologias de informação como ferramentas de fortalecimento da sociedade civil foram sustentados a partir de uma pesquisa sobre redes eletrônicas comunitárias. Partindo das figuras psicológicas implicadas com as novas tecnologias (“o indivíduo perdido” a “angústia do cidadão”), especulou-se também, de forma normativa, sobre as características de uma educação pela qual o domínio criativo da ferramenta tecnológica conduziria a formas de aprendizagem capazes de quebrar a estrutura hierárquica da educação tradicional<sup>32</sup>

No segundo subtema discutiu-se o “fim dos territórios” e o avanço dos processos de desterritorialização. Um rigoroso trabalho conceitual, ao criticar a confusão entre território e espaço geográfico, examinou as várias leituras do conceito de desterritorialização, desdobrando-as em suas vertentes e implicações, para concluir que o conceito é relativo e apresenta-se vinculado a determinadas escalas. Assim, o que em um nível pode ser visto como desterritorialização poderia, em outro, ser visto como reterritorialização. Foram examinadas também as novas formas de desterritorialização, mostrando-se como elas podem ser entendidas como expressões de uma multiterritorialidade. Os conceitos em emergência identificados, neste caso, são os de diáspora e de “globalização” relacionados aos novos processos migratórios, sugerindo que o mundo não se estaria desterritorializando ou desespacializando, mas ao contrário, convivendo com uma maior densidade de controles político-espaciais complexos<sup>33</sup>

Estudos que introduzem novos instrumentos de análise regional, oriundos da convergência entre economia regional e economia da inovação, discutem, em uma perspectiva neo-schumpeteriana, em que medida a RM de São Paulo estaria se configurando como o espaço propício à difusão de inovações ao concentrar as empresas de maior porte. A partir de indicadores de especialização regional, e também, a partir de indicadores de especialização setorial são discutidos os efeitos regionais da reestruturação produtiva e seus impactos nessas mudanças na espacialidade do trabalho no Brasil, concluindo-se que as repercussões regionais sobre a espacialidade do trabalho não chegaram a configurar novas hierarquias regionais, como teria ocorrido nos países mais desenvolvidos<sup>34</sup>.

Os trabalhos do terceiro subtema, sobre representações urbanas, novos valores ambientais e culturais, apresentaram enfoques bastante diversos, considerando os usuários da cidade, suas percepções, valores e identidades, o modo de ver e dar sentido ao mundo. Tais identidades são vistas ora como

(32) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa. op. cit. p. 1650.

(33) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa. op. cit. p. 1650.

(34) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa, op. cit. p. 1651.

definidas, ora como definidoras de culturas ou subculturas. São analisados também os novos processos de criação, dominação ou superação atuantes na sociedade atual. Um trabalho teórico sobre modernidade e pós-modernidade e a questão das identidades culturais introduziu inquietantes indagações éticas sobre a construção de uma identidade moderna hegemônica, analisando processos e tendências. A noção de cultura é explorada, assim, como a construção de identidades relacionais e a emergência de um subjetivismo acerbado, visto como fruto das novas tecnologias de comunicação. São, desse modo, tecidas advertências quanto ao poder do mercado na determinação e dominação de identidades e no frágil limite entre uma prometida liberdade de comunicação para todos os cidadãos e uma exclusão das mais perversas. O caso do Rio de Janeiro suscita argumentos sobre a construção seletiva de espaços, articulados com diferentes políticas culturais. A recente articulação da promoção cultural com projetos de revitalização de áreas urbanas, diretamente articuladas com a competitividade entre cidades ou o marketing urbano, mostra o papel da “cultura” tanto como elemento de dominação como de participação e instrumento de cidadania. Políticas culturais diferenciadas são analisadas tendo como foco a relação centro-periferia, assim como a ação potencial do poder público, podendo agir tanto na construção e fortalecimento de um “enriquecimento cultural da vida urbana” como da exacerbação de distâncias sociais. Uma pesquisa sobre a “fabricação” de valores culturais sugere que processos de “disneyficação” ou cenarização não estão só associados a interesses econômicos do lugar, como acaba sendo introjetado no cotidiano dos moradores. Designa-se por metaurbanismo a este tipo de produção de lugares que objetiva fugir da realidade presente e intencionalmente criar uma “percepção estimulada”<sup>35</sup>

No quarto subtema, relativo a metodologias de avaliação e modelagem, a importância da informação e discussão das novas metodologias aplicadas ao planejamento urbano levou os organizadores do evento a formatarem uma sessão especial para o tema, no formato de oficina, com relatos de aplicação de diversos instrumentos, como SIG, programas de modelagem e simulação e aplicação de novas tecnologias. Entre os trabalhos sobre utilização ou formulação de metodologias destaca-se o papel da noção de impacto ambiental na análise de projetos de intervenção urbana, o recurso à modelagem gráfica na representação de “estruturas espaciais simples para explicar sistemas mais complexos” o uso das medidas de centralidade no ensino de projeto de cidades. A maior “novidade” desta sessão parece, por fim, ter sido a volta a temas, autores e referenciais teóricos clássicos, que haviam sido relegados a segundo plano, no bojo da chamada “crise dos paradigmas” da década de 80. Conseqüentemente, foi expressivo o número de trabalhos com preocupação teórica e conceitual, alguns dos quais apresentados explicitamente como ensaios teórico-críticos<sup>36</sup>

(35) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa, op. cit. p. 1651.

(36) cf. C. M. G. Monteiro – E. M. Barbosa, op. cit. p. 1652.

### Considerações finais

Na produção apresentada no IX Encontro Nacional da ANPUR, pode-se perceber, com particular clareza, o esforço de pesquisa como constituído por uma dinâmica coletiva e mutante. Em sua dimensão coletiva, o conhecimento agregado se mostrou maior do que a soma dos esforços individuais de pesquisa. Professores e pesquisadores, já formados ou em formação, interpelaram seus respectivos referenciais teórico-metodológicos e seus modos de fazer dialogar razão e experiência. Em sua dinâmica mutante, as temáticas se reconfiguraram, colocando desafios relativos às diferentes formas de observar e construir teoricamente os objetos. Procurou-se, em suma, evidenciar o espaço como objeto síntese das experiências contemporâneas de racionalização da vida social, pondo em discussão a dinâmica de escalas e os papéis resignificados do Estado, de modo a impedir que os instrumentos do planejamento venham a escapar ao que se pôde até aqui construir como mecanismos do controle democrático da ocupação e uso do território.

Lacunas, dificuldades e problemas podem ser, sem dúvida, assinalados – a fragmentação sem recomposição teórica satisfatória de certas temáticas, por exemplo. Mas sobretudo, destacou-se na reflexão coletiva, por um lado, a recusa em aceitar passivamente a subtração do espaço ao centro do debate democrático brasileiro e, por outro lado, a pretensão a articular legitimamente as esferas do pensamento e da ação sobre o território. Ao discutir os limites e possibilidades da construção de práticas sociais transformadoras, a comunidade científica da área do planejamento urbano e regional pretendeu, por certo, afirmar sua inscrição em uma ética que – ao contrário das tendências hoje predominantes na sociedade brasileira – recusa, ao mesmo tempo, o alheamento em relação ao outro e a irresponsabilidade em relação ao coletivo.

Tendo por tema central “Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço” o IX Encontro Nacional da ANPUR procurou inserir suas discussões em um embate crucial para o futuro do país. Três posturas básicas parecem hoje orientar este debate sobre a ética aplicável ao planejamento. Uma primeira, mais visível nas esferas do poder, promove uma reversão da ética da responsabilidade. Chega-se a justificar o acobertamento de fraudes como ato necessário à preservação do bom nome das instituições públicas, salvaguardando embustes em nome da fé pública. Uma segunda postura investe na retórica da imoralidade como intrínseca à política. Foi um conhecido intelectual da República quem postulou que “o universo da política permite e tolera uma certa imoralidade”<sup>37</sup>. Tratava-se aí de internalizar a imoralidade nas estruturas institucionais, de tentar estabilizar politicamente a falta de ética.

Uma terceira postura, porém, reúne os que pretendem fazer da democracia a oportunidade de colocar publicamente em questão os valores. Seus adeptos sabem que estes valores não são dados nem distribuídos estavelmente entre

(37) cf. *O Globo*, 31/04/2001.

pessoas, grupos sociais e instituições. Estão, isto sim, em discussão permanente. Esta é a especificidade da vida na *polis* e este é o processo que motiva, em sua maioria, os planejadores urbanos e regionais em nosso país. A eles hoje preocupa, notadamente, que a retórica do mercado e da competitividade subordine e reduza os princípios da vida democrática. Pois se a cidade é vista como empresa e o cidadão como mero consumidor, a própria democracia vê-se reduzida a um mercado. O projeto democrático, ao contrário, é aquele responsável pela constante remissão à *polis* – espaço ao mesmo tempo múltiplo, porque reflete as perspectivas distintas dos cidadãos, e o mesmo, posto que compartilhado por todos.

O presente texto resulta da reelaboração das análises efetuadas pelos membros da Comissão Científica do IX ENANPUR sobre os trabalhos recebidos para as diferentes áreas temáticas. Este esforço de síntese remete, assim, em pé de página, às fontes primeiras do presente balanço.

---

**Henri Acelrad**

Coordenador da Comissão Organizadora do IX Encontro da ANPUR; professor do IPPUR/UFRJ e pesquisador do CNPq.